

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.066 - SP (2017/0307028-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **NEWENG CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA - ME**
RECORRENTE : **RUI VALDIR LEOTO**
ADVOGADOS : **SÍLVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP182683**
DÉA JULIANA DE OLIVEIRA ALVARES - SP206930
DANIELE FLORIDO BINOTO - SP234987
RECORRENTE : **MARCELO DOMINGUES FERREIRA**
ADVOGADO : **ROGÉRIO DAMASCENO LEAL E OUTRO(S) - SP156779**
RECORRIDO : **JOSE CARLOS STANGARLINI**
RECORRIDO : **LYDIA MARIA STANGARLINI**
ADVOGADOS : **ERNESTO TZIRULNIK - SP069034**
WOLF EJZENBERG E OUTRO(S) - SP237920

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). FUNDAMENTO INATACADO, APTO A MANTER A CONCLUSÃO DO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. ANALOGIA. NORMA APONTADA COMO VIOLADA INCAPAZES DE INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. RAZÕES DISSOCIADAS DA TEMÁTICA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL ARTICULADO. SÚMULA 284/STF. ANALOGIA. REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA CONHECIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial de NEWENG CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA - ME E RUI VALDIR LEOTO, fundado na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo assim ementado:

"RECURSO. AGRAVO RETIDO. INTERPOSIÇÃO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL E FALTA SUPERVENIENTE DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Intimada da decisão, a parte formulou pedido de reconsideração que restou desatendido mediante simples confirmação da decisão anterior. Como não houve suspensão e nem interrupção do prazo, a interposição do agravo se deu após o esgotamento do decêndio legal. Ademais, tendo ocorrido o depósito da despesa,

Superior Tribunal de Justiça

a título de adiantamento, falta interesse recursal para a discussão da ordem, até porque a responsabilidade pela despesa constitui objeto de análise no momento da disciplina das consequências do sucumbimento.

RECURSOS. AGRAVOS RETIDOS. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO NA FASE DE PROCESSAMENTO DA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. A falta da indispensável providência da ratificação do agravo retido na oportunidade das razões ou contrarrazões de apelação enseja a impossibilidade de conhecimento do recurso.

DIREITO DO CONSUMIDOR. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PLEITO DE REPARAÇÃO DE DANOS SOB A ASSERTIVA DA OCORRÊNCIA DE DEFEITUOSA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AÇÃO DE NATUREZA CONDENATÓRIA SUJEITA AO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO AFASTADA E APRECIÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL, IMPOSSIBILIDADE DE DEMANDA CONJUNTA E DE ILEGITIMIDADE PARA A CAUSA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTEMENTE SEGURO PARA PERMITIR A CONCLUSÃO DE QUE HOUVE FALHA NA REALIZAÇÃO DO PROJETO, NA EXECUÇÃO DA OBRA E NA FISCALIZAÇÃO, A DETERMINAR O RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS ATRASO INJUSTIFICÁVEL NA ENTREGA DA OBRA. REPARAÇÃO QUE DEVE COMPREENDER, APENAS, O CUSTO DOS SERVIÇOS E MATERIAIS DESTINADOS À ELIMINAÇÃO DOS PROBLEMAS. CONSTATAÇÃO, ADEMAIS, DA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL, A JUSTIFICAR A PRETENDIDA REPARAÇÃO. PARCIAL PROCEDÊNCIA RECONHECIDA. PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO. I. O direito à prestação reparatória está sujeito a prazo de prescrição, e não de decadência, e por isso vem indicado no artigo 27 do CDC. Os prazos do artigo 26, por serem decadenciais, relacionam-se às situações de exercício de direito potestativo, e por isso são desprovidos de pretensão, não guardando relação com a demanda aqui considerada. 2. Não se trata de hipótese de documento indispensável, pois os danos podem ser apurados pelos diversos meios de prova. 3. Não há necessidade de a petição inicial informar o valor dos danos, pois a hipótese se enquadra no âmbito do artigo 286, II, do CPC-1973, a possibilitar a formulação de pedido genérico. 4. Há legitimidade da coautora, embora não tenha contratado os serviços, pois pleiteia indenização sob a assertiva de que sofreu danos em razão dos trabalhos realizados. O corréu é legitimado para a

Superior Tribunal de Justiça

causa, pois a ele foi atribuída a má execução dos serviços contratados; se não tem responsabilidade, isso é matéria pertinente ao mérito. 5. Embora distintos os contratos, nada impede a cumulação das demandas, pois há um contexto único dos fatos, a recomendar unidade de colheita de prova e realização de julgamentos simultâneos, o que atende ao princípio da economia processual e objetiva alcançar harmonia de soluções. 6. A prova pericial, que compreendeu dois laudos especializados, permite a conclusão de que efetivamente houve falha de projeto, de execução dos serviços e de fiscalização, de onde advém a constatação de que os réus devem responder solidariamente pela reparação, porque figuram na relação de causalidade. 7. A reparação pelos danos de ordem material deve ficar limitada aos valores apurados pelos peritos, destinados a atender os custos de material e mão de obra necessários à eliminação dos problemas decorrentes das falhas na prestação dos serviços. Não se justifica a pretendida restituição dos valores pagos a título de contraprestação. 8. O indevido retardamento da obra causou sério transtorno aos autores, que se viram impossibilitados de fazer uso do imóvel. Além disso, as falhas de projeto, execução dos serviços e de fiscalização determinaram sérias consequências, gerando a impossibilidade de utilização adequada do imóvel, sujeitando os autores às consequências decorrentes das graves infiltrações. A 2ª situação de desconforto propiciada, com a agravante de se tratar de uma pessoa de idade avançada e com problemas de saúde, constitui fator que evidencia a ocorrência de lesão extrapatrimonial, a justificar o acolhimento do pleito de reparação, fixada a indenização em R\$ 25.000,00 para cada um dos demandantes." (e-STJ fls. 2.491/2.493).

Opostos embargos de declaração por NEWENG CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA - ME E RUI VALDIR LEOTO (e-STJ fls. 2.515/2.518) e MARCELO DOMINGUES FERREIRA (e-STJ fls. 2.521/2.530), esses foram rejeitados com a observação de que foi deferido, ao embargante Marcelo, o benefício da gratuidade de justiça, sem eficácia retroativa" (e-STJ fl. 2.544).

Em sede de recurso especial, os recorrentes alegam, de saída, o malferimento do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil/1973, apontando a inépcia da inicial, cabendo a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois não houve a apresentação de, pelo menos, um orçamento relatando os

Superior Tribunal de Justiça

defeitos existentes e o valor dos consertos, documentos essenciais à propositura da ação.

Aduzem ofensa ao artigo 612 do Código Civil/2002, porquanto:

"[...] ficou demonstrado e comprovado nos autos que a contratada Neweng, ora recorrente, apenas forneceu a mão de obra e, sendo assim, somente poderia ser responsável em caso de constatação de culpa pela má execução da mão de obra, e não por falhas de projeto de responsabilidade de terceiro, o arquiteto Marcelo. Todos os problemas se deram por falha no projeto e não pela mão de obra" (e-STJ fl. 2.561).

Afirmam contrariedade ao artigo 940 do Código Civil/2002, uma vez que "ficou evidente, no caso em tela, a tentativa de locupletação sem causa dos apelantes que afirmaram que seus prejuízos foram na monta aproximada de R\$23.000,00 e pedem condenação no valor aproximado de R\$250.000,00" (e-STJ fl. 2.562).

Sustentam violação aos artigos 6.º e 267, VI, do Código de Processo Civil/1973, ao fundamento de que ilegitimidade ativa de Lygia Maria Stangarlini, pois:

"No caso em tela o que se discute é a qualidade dos serviços prestados, e os supostos danos que estes serviços poderiam ter causado ao proprietário e contratante da obra (Sr. Stangarlini). A Sra. Lydia, não tem legitimidade para demandar contra os requeridos. Caso entendesse o requerente que houve algum dano na esfera moral, apenas este poderia requerê-lo, e não a Sra. Lydia, terceira pessoa, estranha a relação entre o contratante, Sr. Stangarlini (requerente) e os contratados, ora requeridos (Rui Leoto e Neweng)." (e-STJ fl. 2.563).

Apontam infringência ao artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor, na medida em que cabível a extinção da ação por decadência, pois "o prazo de 90 dias para reclamação do vício foi superado" (e-STJ fl. 2.565).

Por fim, dizem que houve afronta ao artigo 186 do Código Civil/2002, pretendendo a exclusão da condenação em compensar danos morais no importe de R\$ 25.000,00 a cada um dos demandantes, isso porque, não houve atraso na

entrega da obra, bem como não existe relação jurídica entre a recorrida Lygia e os recorrentes, ademais não existe prova dos danos sofridos por esta.

Contrarrazões de JOSÉ CARLOS STANGARLINI e LYDIA MARIA STANGARLINI às e-STJ fls. 2.621/2.643.

Dei provimento ao agravo para determinar a sua autuação como recurso especial (e-STJ fls. 2.727/2.730).

Os autos retornaram-me conclusos para julgamento (cf. e-STJ fl. 2.738).

É o relatório.

Passo a decidir.

De saída, analiso a alegada infringência ao artigo 26 do CDC, na medida em que cabível a extinção da ação por decadência, pois "o prazo de 90 dias para reclamação do vício foi superado" (e-STJ fl. 2.565).

No ponto, mediante análise, verifico que o aresto reclamado deu conta de que "houve exaustiva análise da matéria para se evidenciar que a hipótese é de prescrição, e não de decadência; e justamente por assim ser, o prazo é de cinco anos, previsto no artigo 27 do CDC. Por isso, não tem aplicação o artigo 26 do CDC, que trata de hipótese de diversa" (e-STJ fl. 2.546).

Assim, vejo que a argumentação recursal não impugnou o fundamento do acórdão recorrido no sentido de que a hipótese é de prescrição e não de decadência, justamente porque o art. 26 do CDC não tem aplicação ao caso.

Nessa ordem de ideias, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Portanto, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe óbice à pretensão recursal.

Na sequência, vejo que, em sede preliminar, os recorrentes alegaram malferimento do artigo 333, I, do CPC/1973, apontando a inépcia da inicial, cabendo a extinção do processo sem julgamento do mérito, diante da ausência de documentos essenciais à propositura da ação.

Quanto à referida alegação, entendo que o recurso especial possui óbice

Superior Tribunal de Justiça

intransponível. Isto porque o dispositivo articulado pelos recorrentes não guarda relação com a temática alegada pela parte insurgente, a qual está intimamente ligada ao art. 267 c/c art. 295 do CPC/73. Com efeito, o art. 333, I, do CPC/73 versa sobre o ônus probatório do autor.

Como se vê, o recorrente fundou seu apelo especial na inépcia da inicial, a acarretar extinção do processo sem julgamento do mérito, apontando, para tanto, norma incapaz de infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido. Desse modo, por apresentar razões recursais logicamente dissociadas do dispositivo dito por violado, impõe-se a aplicação analógica da Súmula 284 do STF à questão.

Ainda preliminarmente, analiso a alegada violação aos artigos 6.º e 267, VI, do CPC/1973, ao fundamento essencial de ilegitimidade ativa de Lygia Maria Stangarlíni, uma vez que terceira pessoal à relação contratual. Acerca do tema, assim caminharam as razões de decidir firmadas no aresto reclamado:

*"Não tem amparo a assertiva de que a autora não teria legitimidade para a causa, uma vez que **há pedido de reparação, por o parte dela, de danos que afirma ter sofrido em virtude da atuação dos réus. Embora terceira em relação ao vínculo de consumo, encontra-se na órbita de proteção da legislação consumerista, o que lhe confere a possibilidade de exercer o direito de demandar.**" (e-STJ fl. 2.503, grifei).*

Destarte, elidir a conclusão da Corte local - no sentido de que "há pedido de reparação, por o parte dela, de danos que afirma ter sofrido em virtude da atuação dos réus", encontrando-se "na órbita de proteção da legislação consumerista" - demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Passando-se ao mérito, os recorrentes aduziram ofensa ao artigo 612 do CC/2002, porquanto:

"[...] ficou demonstrado e comprovado nos autos que a contratada Neweng, ora recorrente, apenas forneceu a mão de obra e, sendo assim, somente poderia ser responsável em caso de constatação de culpa pela má execução da mão de obra, e não por falhas de projeto de responsabilidade de terceiro, o arquiteto Marcelo. Todos os problemas se deram por falha no projeto e não pela mão de obra" (e-STJ fl. 2.561).

Superior Tribunal de Justiça

Acerca da controvérsia, assim caminharam as razões de decidir da Corte local:

*"A prova produzida permite a conclusão de que o corréu Marcelo Domingues Ferreira foi contratado para realizar o projeto arquitetônico e fiscalizar a sua execução, aspecto este, aliás, que é bem esclarecido no documento de fl. 81. A **corrê Neweng**, por sua vez, assumiu a obrigação de bem executar a obra. E o demandado Rui Valdir Leoto, engenheiro, de igual modo, tinha a responsabilidade de zelar pelo bom resultado do trabalho. Marcelo e Rui, aliás, eram os responsáveis pela obra perante o CREA.*

É inegável que o resultado dos serviços a que se obrigaram realizar não foi a contento, pois descumpriram o prazo e não propiciaram o resultado de qualidade e segurança esperados. Daí, necessariamente, advém a responsabilidade de todos pela reparação, pois figuram na relação de causalidade, considerando que houve falha na realização do projeto, na execução dos serviços e na fiscalização destes.

Desnecessária se apresenta, no caso, a discussão sobre se é objetiva ou subjetiva a responsabilidade civil, pois a culpa se apresenta incontestemente diante dos elementos de prova colhidos.

Dos fatos demonstrados pelo conjunto das provas extrai-se a conclusão de que houve negligência e imperícia por parte de todos os demandados." (e-STJ fls. 2.506/2.507, grifei).

Ora, derruir as conclusões supra a fim de se analisar a tese de que "todos os problemas se deram por falha no projeto e não pela mão de obra" demandaria o revolvimento do quadrante fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Dizem, ainda, que houve afronta ao artigo 186 do Código Civil/2002, pretendendo a exclusão da condenação em compensar danos morais no importe de R\$ 25.000,00 a cada um dos demandantes, isso porque, não houve atraso na entrega da obra, bem como não existe relação jurídica entre a recorrida Lygia e os recorrentes, ademais não existe prova dos danos sofridos por esta.

No ponto, o Tribunal paulista consignou:

"No tocante ao pleito de reparação por dano moral, pedido formulado pelos dois demandantes, é inegável que o

Superior Tribunal de Justiça

retardamento na entrega da obra constituiu causa de enorme transtorno, diante da particularidade da situação vivida pelos autores, que tinham a intenção de, juntamente com o marido e genitor, passar a residir no local. O atraso havido fez com que fosse postergado o ingresso no imóvel, fato que só ocorreu após a morte dessa pessoa.

Por outro lado, é inegável que as infiltrações causaram inúmeros transtornos, gerando sério desconforto e a impossibilidade de adequada utilização da habitação. Não houve impugnação específica, e por isso restou incontroversa a assertiva de que, em razão dos problemas, numa oportunidade precisaram deixar a residência durante a noite, e buscar abrigo em hotel.

Também incontroversa restou a afirmação de que a autora, pessoa idosa e enferma, durante a noite, escorregou e caiu ao entrar no banheiro, que ficara alagado por causa dos vazamentos, e por isso acabou sofrendo ferimentos.

Todos esses fatores conjugados levam ao reconhecimento de que efetivamente restou caracterizada a ocorrência de dano moral, considerando que não houve mero transtorno, mas uma situação muito mais grave, que constituiu verdadeiro sofrimento da alma, a justificar o acolhimento do pedido." (e-STJ fls. 2.508/2.509, grifei).

No ponto, igualmente, incide o óbice da Súmula 07/STJ, porquanto impossível a esta Corte Superior desconstituir os elementos fático-probatórios acima delineados nos autos.

Por fim, volto-me à afirmação de contrariedade ao artigo 940 do CC/2002, uma vez que "ficou evidente, no caso em tela, a tentativa de locupletação sem causa dos apelantes que afirmaram que seus prejuízos foram na monta aproximada de R\$23.000,00 e pedem condenação no valor aproximado de R\$ 250.000,00" (e-STJ fl. 2.562).

A questão foi assim decidida pelo Colegiado estadual:

"Não há, ademais, qualquer fundamento para acolher o pleito formulado pelos demandados Neweng Construção e Comércio Ltda. e Rui Valdir Leoto, de aplicação aos autores da pena prevista no artigo 940 do Código Civil, por absoluta ausência de tipicidade, bastando lembrar que não houve cobrança de dívida, e que não comporta interpretação extensiva a norma

Superior Tribunal de Justiça

que trata da imposição de pena." (e-STJ fl. 2.510, grifei).

No ponto, vejo que os recorrentes não impugnaram o fundamento supra destacado. Assim, diante da subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe-se igualmente a aplicação do óbice da Súmula 283/STF.

Assim, a pretensão recursal não merece amparo.

Ante o exposto, com base no art. 932, incisos III, do Código de Processo Civil/2015, não conheço do recurso especial.

A teor do artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 2,5% (dois e meio por cento) os honorários sucumbenciais fixados na origem a cargo dos aqui recorrentes.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator